

Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

Pró-Reitora de
Extensão
Universidade Fe-
deral do Vale do
São Francisco

lucia.oliveira@
univasf.edu.br

O que pautou a implantação na UNIVASF do curso de Especialização em Metodologias Participativas e Extensão Rural foi a convivência com agricultores familiares e as evidências do quanto a ausência do extensionista no seu cotidiano gerava incertezas e desilusões. Ao longo do tempo, os serviços de Assistência Técnica foram passando por várias fases para se adaptar às exigências do mercado e, atualmente, estão bastante fragilizados, estando as prestadoras desse trabalho sem qualquer empoderamento aqui na região.

No começo, a sua proposta tinha como princípio fundante garantir a subordinação da agricultura ao setor industrial via transferência de tecnologia, e as informações eram dadas de cima para baixo, criando um cenário autoritário e antidialógico. Não deu certo, por ser a agricultura muito complexa enquanto atividade e muito diversificada enquanto categoria. Nela encontram-se públicos os mais distintos possíveis, exigindo do extensionista diferentes olhares no agir. Para tanto, o desafio é a desconstrução do jeito de perceber o rural e o seu povo, construindo outro tecido social que privilegie as diferenças de gênero, de produção, de inclusão social, de interesses, de pontos de vista, e que parta das experiências já acumuladas por todos, considerando ser a sua função principal a de mediar a comunicação.

Portanto, o importante é romper com a ideia da extensão como processo difusionista e passar a tratá-la como processo educativo, que contemple as várias dimensões da sustentabilidade e tenha a população rural como real protagonista das mudanças, o que demanda, por parte dos profissionais de ATER, capacidade para aportar informações; conhecimentos sobre metodologias de trabalhos em grupos; formação de lideranças; planejamentos participativos, assim como a capacidade de gerenciar conflitos.

Nessa perspectiva, ganham destaque as políticas de combate às desigualdades de gênero e de inclusão das mulheres rurais nos sistemas de produção, já que o trabalho da extensão rural foi permanentemente marcado por um viés de gênero. No início, quando as equipes de extensão eram feitas apenas por um engenheiro agrônomo e uma ecônoma doméstica, competia ao homem administrar as orientações técnicas, enquanto à ecônoma competia organizar as mulheres em clubes de mães, para a execução dos trabalhos tidos como femininos. Tal atitude consolidava a ideia de que havia um lugar público, destinado aos homens e um lugar privado, no lar, destinado às mulheres, negligenciando o papel produtivo que elas sempre desempenharam na agricultura, o que contribuiu para a sua exclusão nos espaços onde se tratava das questões tecnológicas e de financiamento da produção agrícola, embora elas sempre tenham participado ativamente dessas atividades.

Avançamos mais e hoje a ação da extensão rural é balizada pela pactuação de objetivos comuns entre técnicos e técnicas, agricultoras e agricultores, lideranças locais, poder público e organizações não governamentais que se articulam com definição

de responsabilidades, rompendo os guetos que tanto mal têm feito a quem trabalha na terra para alimentar o mundo.

Este número da revista de extensão EXTRAMUROS publica parte da produção dos alunos extensionistas, cujos artigos pautam-se na ideologia freireana de ter a extensão rural como missão, promover a construção do desenvolvimento rural sustentável, com base nos princípios da Agroecologia, através de ações de assistência técnica e extensão rural e mediante processos educativos e participativos, objetivando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, de modo a incentivar o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população do campo.